



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS  
CNPJ - 84.139.633/0001-75

PROTOCOLO GERAL 7/2023  
Data: 27/01/2023 - Horário: 18:26  
Legislativo

OFÍCIO Nº 036/2023/GAB/PMEC

Eldorado do Carajás/PA, 27 de janeiro de 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor  
EDSON DE DEUS VIEIRA  
**Presidente da Câmara Municipal**  
NESTA

**Assunto: SOLICITAÇÃO ADMINISTRATIVA – PROCESSO LEGISLATIVO – PROJETO DE LEI SOB Nº 001/2023-GAB, DE 27 DE JANEIRO DE 2023 – ELDORADO DO CARAJÁS/PA.**

Vimos à presença de Vossa Excelência e dignos Vereadores que compõem essa Egrégia Câmara Municipal, com objetivo de encaminhar o **PROJETO DE LEI SOB Nº 001/2023-GAB, DE 27 DE JANEIRO DE 2023**, que “Concede recomposição salarial aos servidores municipais da educação pública de Eldorado do Carajás, e dá outras providências”.

Solicitamos que a proposta de Lei seja apreciada, discutida e, ao final, aprovada pelos Ilustres Vereadores, em regime de **URGÊNCIA**, consoante o **Art. 49 da Lei orgânica municipal, onde o Prefeito poderá solicitar urgência e votação em um só turno para apreciação dos Projetos de sua iniciativa.**

Diante de todo o exposto e na certeza do atendimento do pleito, despeço-me renovando os votos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

**IARA BRAGA MIRANDA**  
Prefeita Municipal



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS  
CNPJ - 84.139.633/0001-75

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PROJETO DE LEI Nº 001/2023-GAB, DE 27 DE JANEIRO DE 2023.**

**Aos Senhores,**

**Presidente e dignos Vereadores,**

Com significativa satisfação que cumprimentamos os Ilustres Membros dessa Egrégia Câmara de Vereadores e vimos, na oportunidade, por meio desta **COMUNICAR** o envio do **PROJETO DE LEI SOB Nº 001/2023-GAB, DE 27 DE JANEIRO DE 2023**, que "Concede recomposição salarial aos servidores municipais da educação pública de Eldorado do Carajás, e dá outras providências".

A Administração, ciente das dificuldades orçamentárias e financeiras, mas no intuito de oferecer o máximo aos Servidores que se dedicam no cumprimento das atribuições de seus cargos utilizou alguns parâmetros dos índices de inflação medidos durante os últimos doze meses, ou seja, IPCA(IBGE); INPC(IBGE) e IPC(FIPE).

Observar ainda, que em estudo de impacto financeiro, foi calculado o índice de variação da média da Receita Corrente Líquida durante os últimos doze meses, suportando o pretense reajuste.

Por fim, colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares os meus protestos de elevada consideração e distinto apreço.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS, 27 DE JANEIRO DE 2023.

*Iara Braga Miranda*  
**IARA BRAGA MIRANDA**  
Prefeita Municipal





ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS  
CNPJ - 84.139.633/0001-75

**PROJETO DE LEI Nº 001/2023-GAB, DE 27 DE JANEIRO DE 2023.**

Concede recomposição salarial aos servidores municipais da educação pública de Eldorado do Carajás, e dá outras providências.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS, ESTADO DO PARÁ, EXMA. Sr<sup>a</sup> IARA BRAGA MIRANDA**, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 66 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os que se interessarem, que a Câmara Municipal **APROVOU** e ela **SANCIONOU** a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder na Revisão Geral Anual nos vencimentos dos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério), aplicando índice de 15% (quinze por cento).

Art. 2º Fica ainda, o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder na Revisão Geral Anual nos vencimentos dos servidores públicos municipais efetivos nos cargos descritos abaixo, aplicando índice de 6% (seis por cento):

I - Secretário escolar;

II - Assistente Administrativos I e II;

III – Motorista;

IV – Monitor de Informática;

V – Instrutor de Informática;

VI – Bibliotecário;

VII – Inspetor;

VIII – Digitador

IV – Psicóloga.

Parágrafo único. Os cargos descritos nos artigos anteriores são ligados ao Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de janeiro de 2022.

Artigo 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS  
CNPJ - 84.139.633/0001-75

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Eldorado do Carajás, Gabinete da Prefeita, aos 27 de janeiro de 2023.

*Iara Braga Miranda*  
**IARA BRAGA MIRANDA**  
Prefeita Municipal





ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS  
CNPJ - 84.139.633/0001-75

## RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

### PROJETO DE LEI Nº 001/2023

Concede recomposição salarial aos servidores municipais da educação pública de Eldorado do Carajás, e dá outras providências.

#### 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório de estimativa de impacto orçamentário e financeiro visa o cumprimento das legislações fiscal e orçamentária pertinentes. Dois requisitos básicos devem ser respeitados:

- a) a despesa pública não pode estar em desacordo com as regras fiscais, especialmente com os dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); e
- b) a despesa pública não deve contrariar os procedimentos disciplinados nos principais instrumentos orçamentários – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA);

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu art. 16 inciso I, traz a estimativa do impacto orçamentário-financeiro como elemento que acompanha a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa. Neste contexto, entende-se por impacto orçamentário-financeiro o valor das despesas que antecedem uma ação governamental em relação ao valor previsto na lei orçamentária, assim como o valor da despesa em relação as receitas disponíveis.

#### 2. METODOLOGIA

Busca-se demonstrar o impacto orçamentário e financeiro inerente a recomposição salarial, no importe de 15% (quinze por cento), aos servidores públicos municipais efetivos dos cargos de professor, e 6% (seis por cento) para I - Secretário



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS  
CNPJ - 84.139.633/0001-75

escolar; Assistente Administrativos (I e II); III – Motorista; IV – Monitor de Informática; V – Instrutor de Informática; VI – Bibliotecário; VII – Inspetor; VIII – Digitador IV – Psicólogo (a) nos seguintes termos:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder na Revisão Geral Anual nos vencimentos dos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério), aplicando índice de 15% (quinze por cento).

Art. 2º Fica ainda, o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder na Revisão Geral Anual nos vencimentos dos servidores públicos municipais efetivos nos cargos descritos abaixo, aplicando índice de 6% (seis por cento):

- I - Secretário escolar;
- II - Assistente Administrativos I e II;
- III – Motorista;
- IV – Monitor de Informática;
- V – Instrutor de Informática;
- VI – Bibliotecário;
- VII – Inspetor;
- VIII – Digitador
- IV – Psicóloga.

A estimativa de valores a serem desembolsados em decorrência da recomposição salarial, no importe de no importe de 15% (quinze por cento), aos servidores públicos municipais efetivos dos cargos de professor, e 6% (seis por cento) para os demais servidores supracitados, está relacionada a efeitos que ocorrerão a partir de 2023 e nos anos seguintes. O estabelecimento deste custo gerará para o Município de Eldorado do Carajás dispêndios que importarão de acordo com o descritivo apresentado no ANEXO I deste relatório, o qual demonstra a metodologia de cálculo.





ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS  
CNPJ - 84.139.633/0001-75

Em conformidade com o inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/00, segue ainda, ANEXO II deste relatório, que trará da declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Eldorado do Carajás, 27 de janeiro de 2023.

IARA BRAGA

MIRANDA:70262926253

Assinado de forma  
digital por IARA BRAGA  
MIRANDA:70262926253

**IARA BRAGA MIRANDA**

Prefeita de Eldorado do Carajás/PA



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS  
CNPJ - 84.139.633/0001-75

## ANEXO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DE RECEITA 2023, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 7  
DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022

PREVISÃO DE RECEITA FUNDEB VAAF - VAAT - VAAR / PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 7 DE 29 DE DEZEMBRO 2022					
RECURSOS	ESTIMATIVA	INTEGRALIZAÇÃO 2024	TOTAL	INTEGRALIZAÇÃO 2023	ESTIMATIVA TOTAL PARA O EXERCÍCIO 2023
IMPOSTOS	R\$ 23.796.290,37		R\$ 23.796.290,37		R\$ 23.796.290,37
VAAF	R\$ 15.116.900,89	R\$ 2.267.535,13	R\$ 12.849.365,76	R\$ 2.163.003,19	R\$ 15.012.368,95
VAAT	R\$ 11.026.820,20	R\$ 1.654.022,97	R\$ 9.372.797,23	R\$ 913.049,86	R\$ 10.285.847,09
VAAR	R\$ 407.733,40	R\$ 61.160,01	R\$ 346.573,39		R\$ 346.573,39
	R\$ 50.347.744,86	R\$ 3.982.718,11	R\$ 46.365.026,75	R\$ 3.076.053,05	R\$ 49.441.079,80

- ✓ Ressalta-se que: O mínimo de 70% (setenta por cento) desses recursos (**excluídos aqueles relativos à complementação da União – VAAR**), devem ser destinados à remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.
- ✓ A fração restante (de no máximo 30%), deve ser aplicada nas demais ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, assim consideradas aquelas dispostas no art. 70 da LDB.
- ✓ As estimativas serão atualizadas a cada 4 (quatro) meses ao longo do exercício de referência.





ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS  
CNPJ - 84.139.633/0001-75

QUADRO DEMONSTRATIVO DE IMPACTO FINANCEIRO COM A ATUALIZAÇÃO  
DE PISO EM 15% AO MAGISTÉRIO E 6% A EQUIPE DE APOIO, A PARTIR DA  
FOLHA DE NOVEMBRO 2022:

DESCRIÇÕES	MAGISTÉRIO	APOIO
	15%	6%
REMUNERAÇÃO BRUTA	R\$ 1.888.632,14	R\$ 777.887,01
ENCARGO PATRONAL	R\$ 396.612,75	R\$ 163.356,27
VALOR TOTAL DO MÊS	R\$ 2.285.244,89	R\$ 941.243,28
ESTIMATIVA ANUAL (13 FOLHAS + 1/3 DE FÉRIAS)	R\$ 30.462.314,42	R\$ 12.546.772,95
IMPACTO		
TOTAL FOPAG EDUCAÇÃO	R\$ 43.009.087,38	
ESTIMATIVA DE RECEITAS (IMPOSTOS +VAAF E VAAT)- 2023	R\$ 49.094.506,41	
RECURSOS PARA MDE	R\$ 6.085.419,03	
% DO RECURSO COM FOPAG	87,6 %	

IARA BRAGA  
MIRANDA:70262926  
253

Assinado de forma  
digital por IARA BRAGA  
MIRANDA:70262926253

**IARA BRAGA MIRANDA**  
Prefeita de Eldorado do Carajás/PA

EWERTON ANDRADE  
CAVALCANTE:88886301200

Assinado de forma digital por  
EWERTON ANDRADE  
CAVALCANTE:88886301200

**EWERTON ANDRADE CAVALCANTE**

Contador  
CRC-TO 4739/O 3 S-PA



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS  
CNPJ - 84.139.633/0001-75

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA

Declaro para fins de adequação ao disposto no artigo 16, inciso II da Lei Complementar nº 101/00, que tenho ciência do impacto orçamentário e financeiro, ocasionado pela recomposição salarial, no importe de 15% (quinze por cento), aos servidores públicos municipais efetivos dos cargos de professor, e 6% (seis por cento) para I - Secretário escolar; Assistente Administrativos (I e II); III – Motorista; IV – Monitor de Informática; V – Instrutor de Informática; VI – Bibliotecário; VII – Inspetor; VIII – Digitador IV – Psicólogo (a). Declaro, ainda, que despesas acrescidas têm compatibilidade com a Lei Orçamentária anual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual no âmbito do Município de Eldorado do Carajás.

Eldorado do Carajás, 27 de janeiro de 2023.

IARA BRAGA  
MIRANDA:70262926253

Assinado de forma digital por IARA  
BRAGA MIRANDA:70262926253

**IARA BRAGA MIRANDA**  
Prefeita de Eldorado do Carajás/PA





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Diretor de Secretaria e Recursos Humanos**

Mem. Nº 002/2023/DSRH/CMEC

Eldorado do Carajás, 30 de janeiro de 2023

Ao Ilustríssimo  
**Sr. Ravell dos Santos Oliveira**  
Diretor Legislativo

**Assunto: Encaminha o Projeto de Lei nº 001/2023-GAB, de 27 de janeiro de 2023, que concede recomposição salarial aos servidores municipais da educação pública de Eldorado do Carajás, e dá outras providências.**

Ilustríssimo,

Cumprimentando-o Vossa Senhoria, venho por meio deste encaminhar o Projeto de Lei nº 001/2023-GAB, de 27 de janeiro de 2023, que concede recomposição salarial aos servidores municipais da educação pública de Eldorado do Carajás, e dá outras providências.

Solicitamos que posteriormente esse departamento, dê continuidade a tramitação deste processo repassando ao Departamento competente.

Atenciosamente,

**VALDELICE SOUSA**  
**Diretora de Secretária e RH.**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Departamento Legislativo**

**TERMO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCESSO LEGISLATIVO**

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei Ordinária nº 001/2023-GAB, de 27 de janeiro de 2023.

AUTORIA: Iara Braga Miranda – Chefe do Poder Executivo Municipal

EMENTA: "Concede recomposição salarial aos servidores municipais da educação pública de Eldorado do Carajás, e dá outras providências".

DATA DE APRESENTAÇÃO: 27/01/2023

FORMA DE APRECIAÇÃO: Proposição sujeita à apreciação do Plenário.

REGIME DE TRAMITAÇÃO: Regime de Urgência

QUÓRUM DE VOTAÇÃO: Maioria Simples

COMISSÕES COMPETENTES: Constituição, Justiça e Redação, Finanças e Orçamento e Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Saúde e Assistência Social.

RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DA TRAMITAÇÃO: Departamento Legislativo.

Eldorado do Carajás/PA, 30 de janeiro de 2023.

**Ravell dos Santos Oliveira**  
Diretor Legislativo  
Portaria nº 004/2023





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Departamento Legislativo**

PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 001 DE 2023.

(Do Poder Executivo)

Concede recomposição salarial aos servidores municipais da educação pública de Eldorado do Carajás, e dá outras providências.

Autor: Prefeita Iara Braga Miranda

## **I – RELATÓRIO**

A Exma. Sra. Prefeita Municipal propõe a análise do Projeto de Lei Ordinária nº 001/2023-GAB, de 27 de janeiro de 2023, que *"Concede recomposição salarial aos servidores municipais da educação pública de Eldorado do Carajás, e dá outras providências."*

Instruem o pedido, no que interessa: (I) Ofício nº 036/2023-GAB/PMEC; Minuta do Projeto de Lei Ordinária nº 001/2023-GAB, de 27 de janeiro de 2023; (II) Exposição de motivos do Projeto de Lei Ordinária nº 001/2023-GAB, de 27 de janeiro de 2023.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

## **II – PARECER**

### **a) QUANTO A INICIATIVA**

O Projeto de Lei Ordinária nº 001/2023-GAB, de 27 de janeiro de 2023, é de autoria da Exma. Sra. Prefeita Municipal, conforme o estabelecido no art. 47 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 47. A iniciativa da Leis complementares e ordinárias, cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito, a órgãos e pessoas referidas nesta Lei Orgânica.

Resta previsto ainda no inciso I do art. 24, da Lei Orgânica Municipal a competência para legislar sobre assunto de interesse local.

Art. 24. Compete ao Município, no pleno exercício de sua autonomia, como parte integrante do Estado do Pará, da República Federativa do Brasil, através de seus Poderes Constituídos, Legislativo e Executivo Municipal:

I - legislar sobre assunto de interesse local;

[...]



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Departamento Legislativo**

Ou seja, não há vício de iniciativa, uma vez que o projeto de lei apresentado está dentro das atribuições de iniciativa das leis.

Ressalto ainda, que a Excelentíssima Prefeita Municipal, solicitou a apreciação deste Projeto em regime de urgência, conforme se extrai da Justificativa, o que é assegurado em seu art. 49, da nossa Lei Orgânica Municipal:

Art. 49. O Prefeito poderá solicitar urgência na votação de Projetos de sua iniciativa, que será incluída na Ordem do Dia da Sessão seguinte que ocorrer após o protocolo.

Vejamos também o § 2º do art. 104-C do Regimento Interno da Câmara Municipal de Eldorado do Carajás:

§ 2º O Requerimento de urgência deverá ser deliberado pelo Plenário e será considerado urgente se for aprovado por maioria simples.

Consequência disso, o pedido de urgência, ora solicitado, deve ser deliberado em plenário.

**b) QUANTO A TÉCNICA LEGISLATIVA – LC 95/98**

O Projeto de Lei Ordinária nº 001/2023-GAB, de 27 de janeiro de 2023, está em obediência a Lei Complementar Federal 95/98 que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Devendo o Projeto de Lei Ordinária nº 001/2023-GAB, de 27 de janeiro de 2023, seguir com sua tramitação.

**c) QUANTO AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL**

O Projeto de Lei em análise, atendeu aos requisitos do processo legislativo determinado pelo Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis.

O presente PLO terá apenas uma única discussão, por seu caráter de urgência solicitado pela Chefe do Poder Executivo, conforme o inciso I, § 2º, art. 141 do RICMEC.

A respeito do *quórum* para a aprovação, deverá ser de maioria simples, com a maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal conforme (RICMEC art. 149-A). Devendo, ser aprovado com 50% + 1 dos votos dos membros do Poder Legislativo.

**III – CONCLUSÃO**

Em face do exposto, o Projeto de Lei Ordinária nº 001/2023-GAB, de 27 de janeiro de 2023, está em obediência às normas legais. Desta forma, a Assessoria Legislativa





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Departamento Legislativo**

opina pela legalidade e constitucionalidade do presente PL, seguindo para o Departamento Jurídico e em seguida para as Comissões pertinentes.

Cumpre-se dizer que, trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação.

É, s.m.j., o parecer desta Diretoria do Legislativo.

Eldorado do Carajás/PA, 30 de janeiro de 2023.

**Ravell dos Santos Oliveira**

Diretor Legislativo  
Portaria nº 004/2023





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Departamento Legislativo**

**DESPACHO**

A  
Assessoria Jurídica

Prezado,

Cumprimentando-o vossa senhoria, encaminho por meio deste os autos do Projeto de nº Lei 001/2023-GAB, de 27 de janeiro de 2023, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "concede recomposição salarial aos servidores municipais de Eldorado do Carajás, e dá outras providencias", para análise jurídica e emissão de parecer técnico jurídico, a fim de subsidiar as comissões competentes.

Sem mais para o momento.

Eldorado do Carajás/PA, 30 de janeiro de 2023.

**Ravell dos Santos Oliveira**  
Diretor Legislativo  
Portaria nº 004/2023





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Assessoria Jurídica**

**PARECER TÉCNICO JURÍDICO n°: 001/2023**

**CONSULENTE:** Comissão de Constituição, Justiça e Redação;  
Comissão de Finanças e Orçamento  
Comissão de Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Saúde e Assistência Social;

**PROPOSIÇÃO:** Projeto de Lei do Poder Executivo sob o n°: 001/2023-GAB, de 27 de janeiro de 2023.

**AUTORIA:** Prefeita Iara Braga Miranda

**EMENTA:** Concede recomposição salarial aos servidores municipais da educação pública de Eldorado do Carajás/PA, e dá outras providências.

## **1. RELATÓRIO**

Esta Assessoria Jurídica recebeu o Projeto de Lei Ordinária n°: 001/2023, de autoria da Prefeita Iara Braga Miranda, que “Concede recomposição salarial aos servidores municipais da educação pública de Eldorado do Carajás/PA, e dá outras providências.”

É a síntese do relatório, passo a análise.

## **2. PARECER**

### **2.1. QUANTO A CONSTITUCIONALIDADE**

O art. 18 da CF/88, inaugurando o tema da organização do Estado, prevê que “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos,



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Assessoria Jurídica**

nos termos desta Constituição.” O termo “autonomia política”, sob o ponto de vista jurídico, congrega um conjunto de capacidades conferidas aos entes federados para instituir a sua organização, legislação, administração e governo próprio.

A autoadministração e a autolegislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na CF/88 para os Municípios, é tratada no art. 30 da Carta Magna, nos seguintes termos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;  
(Vide ADPF 672)

A Constituição do Pará, por extensão, reproduziu esse regramento, consoante dispõe o art. 56 da Carta Paraense.

Portanto, o Projeto de Lei Ordinária nº 001/2023 em análise, de autoria da Prefeita, na qual busca a recomposição salarial dos trabalhadores da educação municipal, encontra-se em ordem, não esbarrando nos ditames constitucionais, não havendo qualquer óbice no ordenamento jurídico pátrio.

**B) DA LEGALIDADE**

Tal projeto encontra-se amparado pela legislação municipal, visto que a nossa Lei Orgânica do Município, no art. 47-A, Inciso I, alínea “A”, preconiza que:

Art. 47-A São de iniciativa privativa do Prefeito do Prefeito leis que:  
I – disponham sobre:

a) Criação de cargos, funções ou empregos públicos, na administração direta e autárquica ou que aumentam a sua remuneração, ressalvada a competência dos demais Poderes, órgãos e instituições referidos nesta Lei Orgânica;

(...)





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Assessoria Jurídica**

(...)

O projeto em questão, acresce atribuição ao Poder Executivo, pois cria despesa, haja vista a recomposição salarial (do vencimento). Logo, não viola o padrão constitucional vigente, por se tratar de matéria de interesse local. **Porém, se faz necessário que haja no processo em tramite uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro.** A Lei Complementar n.º 101 de 04 de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) contempla mais algumas condicionantes para as criações de ações que acarretem aumento de despesas, conforme estatuído nos artigos 16 e 17 da referida lei:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.  
- destacamos.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**

**Assessoria Jurídica**

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

Neste sentido o Impacto Financeiro e Orçamentário com a respectiva Declaração anexa ao presente Projeto de Lei buscou satisfazer a exigência constante do supracitado artigo 16, não devendo se olvidar da necessidade de também satisfazer a exigência constante do supracitado artigo 17.

No que tange às condicionantes, o Supremo Tribunal Federal fixou, em sede de Repercussão Geral que, além da necessidade de dotação na Lei Orçamentária Anual, também há a necessidade de previsão na Lei de Diretrizes Orçamentária: “a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos depende, cumulativamente, de dotação na Lei Orçamentária Anual e de previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

Neste passo, quanto ao aspecto legal, o projeto tem amparo constitucional, bem como, está amparado pela Lei Federal de Responsabilidade fiscal e pelas Leis Municipais, sem confrontações com a Lei Orgânica deste município.





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Assessoria Jurídica**  
**III. CONCLUSÃO**

Em face de todo o exposto, o Presente Projeto de Lei Ordinária nº: 001/2023, de autoria do Poder Executivo Municipal, está em observância ao nosso Ordenamento Jurídico Pátrio, o que inclui a Constituição Federal de 1988, a Constituição Estadual do Pará, Leis nacionais e municipais.

Vale ressaltar que, trata-se de um parecer opinativo, ou seja, possui caráter técnico que não impede a tramitação e até mesmo consequente a sua aprovação. Neste sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo, nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnicojurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandato de Segurança nº: 24.584-1 – Distrito Federal – Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)

É, s.m.j., o parecer desta Assessoria Jurídica.

Câmara Municipal de Eldorado do Carajás/PA, 29 de janeiro de 2023.

DANIEL RIBEIRO DE  
VASCONCELOS: 08354551490  
Assinado de forma digital por DANIEL RIBEIRO DE VASCONCELOS: 08354551490

**Daniel Ribeiro de Vasconcelos**

OAB PA 25.282-B – Assessor Jurídico

Rua Oziel Carneiro, 37, Centro – Km 02 – CEP: 68.524-000 – Eldorado do Carajás/PA  
[www.eldoradodocarajas.pa.leg.br](http://www.eldoradodocarajas.pa.leg.br) | [secretaria@eldoradodocarajas.pa.leg.br](mailto:secretaria@eldoradodocarajas.pa.leg.br)  
**Alô Câmara! + 55 (94) 9 9106-4732**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**

**PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 001 DE 2023**

(Do Poder Executivo)

Concede recomposição salarial aos servidores municipais da educação pública de Eldorado do Carajás, e dá outras providências.

Autor: Prefeita Iara Braga Miranda – PSD

Relatores: Ver. Cristiley Fernandes – MDB

Ver. Antônio dos Santos – PDT

Ver. Vaniele Barbosa – PSC

**I – DA LEGALIDADE DO PARECER EM CONJUNTO**

Preliminarmente, informamos que, por não existir impedimento legal de às Comissões Temáticas confeccionem pareceres em conjunto, visto que o próprio Senado Federal assim informa, vejamos:

“Na hipótese de a proposição tramitar por mais de uma comissão o parecer poderá ser oferecido em separado ou em conjunto”.

Desta maneira, é plenamente aceitável que estas Comissões apresentem seus pareceres em conjunto, pois foi observado que não há impedimento em nossa atual Lei Orgânica e muito menos Regimento Interno. No mesmo caminho é nosso Regimento Interno, em seu art. 179, VI, parágrafo único, diz:

§1º O parecer das comissões permanentes serão protocolados em conjunto, concluído com a respectiva proposição pela rejeição ou aprovação das contas.

Neste sentido, todos os membros (presidentes, relatores e membros) das comissões, possuem o entendimento que, é constitucional e legal realizar a confecção do parecer conjunto, qual passamos a descrever.

**II – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei do Executivo, de autoria da Nobre Prefeita Iara Braga Miranda, que concede recomposição salarial aos servidores da educação pública de Eldorado do Carajás, e dá outras providências.

Rua Oziel Carneiro, 37, Centro – Km 02 – CEP: 68.524-000 – Eldorado do Carajás/PA  
[www.eldoradocarajas.pa.leg.br](http://www.eldoradocarajas.pa.leg.br) | [secretaria@eldoradocarajas.pa.leg.br](mailto:secretaria@eldoradocarajas.pa.leg.br)

**Alô Câmara! + 55 (94) 9 9106-4732**





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**III – DO PEDIDO DE URGENCIA NA TRAMITAÇÃO**

A Prefeita solicitou urgência na tramitação, e para tanto descreveu:

“Solicitamos que a proposta de lei seja apreciada, discutida, e ao final, aprovada pelos ilustres vereadores, em regime de URGÊNCIA, consoante o Art. 49 da Lei orgânica municipal, onde o prefeito poderá solicitar urgência e votação em um só turno para apreciação dos Projetos de sua iniciativa.”

“A administração, ciente das dificuldades orçamentárias e financeiras, mas no intuito de oferecer o máximo aos servidores que se dedicam no cumprimento das atribuições de seus cargos utilizou alguns parâmetros dos índices de inflação medidos durante os últimos doze meses, ou seja, IPCA(IBGE), INPC(IBGE) e IPC(FIPE)”.

**IV – ANÁLISE**

**Comissão de Constituição, Justiça e Redação:** Cumpre esclarecer que esta comissão está se manifestando quanto ao aspecto constitucional, legal ou jurídico do Projeto de Lei, bem como sobre aspecto gramatical e lógico. Desta forma, esta comissão vota a favor da tramitação da matéria.

**Comissão de Finanças e Orçamento:** No que tange a competência exarar parecer aos projetos de leis referentes a todas matérias de caráter financeiro e orçamentário.

Em nossa análise observamos que o projeto busca dar aos profissionais ligados à educação o reajuste de 15% (quinze por cento) aos professores efetivos (magistério) e 6% (seis por cento) aos servidores descritos no art. 2º do projeto de lei nº 001/2023, neste passo, observamos, que o projeto está acompanhado da estimativa do impacto financeiro e declaração do ordenador da despesa, votamos a favor da tramitação da matéria.

**Comissão de Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Saúde e Assistência Social:** No que tange a competência desta comissão, reserva-se aos projetos que dizem respeito as atividades que direta ou, indiretamente estejam relacionadas à Educação, Ensino, Artes, Patrimônio Histórico, Esportes, Lazer, Higiene, Saúde e assistência social. Esta Comissão segue o Parecer Prévio do Assessor Jurídico nº 009/2023.

Desta forma, regular, melhor digamos: legal é o reajuste para profissionais da educação, motivo pela qual esta comissão, vota a favor da tramitação da matéria, devendo o projeto de lei nº 001/2023 do executivo ser aprovado.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**

**V – VOTOS DOS RELATORES**

Os relatores das comissões, com base no parecer da assessoria jurídica e pelas explanações acima, votam que o projeto se reveste de boa forma constitucional legal e jurídica.

Por isso, votamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01 de fevereiro de 2023.

Vereador Relator Cristiley Fernandes da Penha / MDB  
Comissão Constituição, Justiça e Redação

Vereador Relator Antônio dos Santos Pinto / PTB  
Comissão Finanças e Orçamento

Vereador Relator Vaniele do Nascimento Barbosa / PSC  
Comissão Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Saúde e Assistência Social





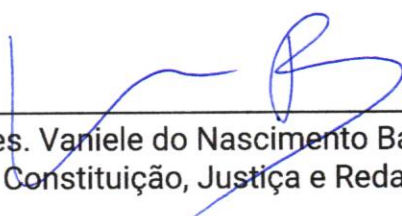
**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**


**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO EM CONJUNTO DOS RELATORES**

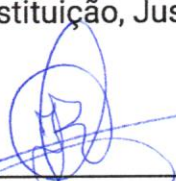
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a Comissão de Finanças e Orçamento e a Comissão de Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Saúde e Assistência Social, em reunião às 16h, dia 01 de fevereiro de 2023, seguiram o entendimento do Parecer Prévio do Assessor Jurídico nº: 009/2023 e, opinaram unanimemente em seguir o voto dos relatores.

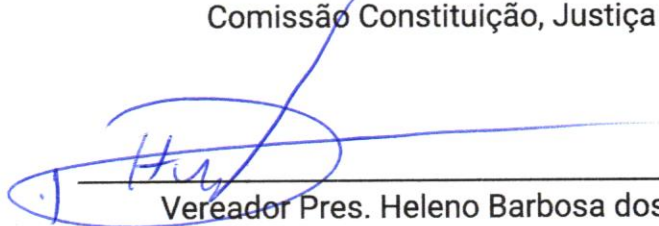
Sala das Comissões, 01 de fevereiro de 2023.

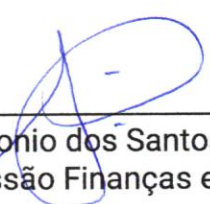
Demais membros das comissões:

  
\_\_\_\_\_  
Vereador Pres. Vaniele do Nascimento Barbosa / PSC  
Comissão Constituição, Justiça e Redação

  
\_\_\_\_\_  
Vereador Relator Cristiley Fernandes da Penha / MDB  
Comissão Constituição, Justiça e Redação

  
\_\_\_\_\_  
Vereador Membro Antonio Lino de Sousa Junior / PSD  
Comissão Constituição, Justiça e Redação

  
\_\_\_\_\_  
Vereador Pres. Heleno Barbosa dos Santos / PTB  
Comissão Finanças e Orçamento

  
\_\_\_\_\_  
Vereador Relator Antonio dos Santos Pinto / PTB  
Comissão Finanças e Orçamento



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**

Vereador Membro Cristiley Fernandes da Penha / MDB  
Comissão Finanças e Orçamento

Vereador Pres. Paula Bulcão de Araújo / MDB  
Comissão Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Saúde e Assistência Social

Vereador Relator Vaniele do Nascimento Barbosa / PSC  
Comissão Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Saúde e Assistência Social

Vereador Membro Antonio dos Santos Pinto / PTB  
Comissão Educação, Esporte, Cultura, Turismo, Saúde e Assistência Social





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**

LEI ORDINÁRIA Nº , DE DE FEVEREIRO DE 2023.

Concede recomposição salarial aos servidores municipais da educação pública de Eldorado do Carajás, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder na Revisão Geral Anual nos vencimentos dos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério), aplicando índice de 15% (quinze por cento).

Art. 2º Fica ainda, o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder na Revisão Geral Anual nos vencimentos dos servidores públicos municipais efetivos nos cargos descritos abaixo, aplicando índice de 6% (seis por cento):

I - Secretário escolar;

II - Assistente Administrativos I e II;

III – Motorista;

IV – Monitor de Informática;

V – Instrutor de Informática;

VI – Bibliotecário;

VII – Inspetor;

VIII – Digitador

IV – Psicóloga.

Parágrafo único. Os cargos descritos nos artigos anteriores são ligados ao Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de janeiro de 2022.



**CÂMARA MUNICIPAL DE**  
**ELDORADO DO CARAJÁS**  
TRABALHANDO PELO PROGRESSO

Rua Oziel Carneiro, 37, Centro – Km 02 – CEP: 68.524-000 – Eldorado do Carajás/PA  
[www.eldoradodocarajas.pa.leg.br](http://www.eldoradodocarajas.pa.leg.br) | [secretaria@eldoradodocarajas.pa.leg.br](mailto:secretaria@eldoradodocarajas.pa.leg.br)  
**Alô Câmara! + 55 (94) 9 9106-4732**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**

**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**

Artigo 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Eldorado do Carajás, Pará, de fevereiro de 2023; 43º da Fundação e 32º da Emancipação.

**IARA BRAGA MIRANDA**  
Prefeita Municipal

**ENVIADO PARA SANÇÃO**  
**EM 03/02/2023**

**EDSON DE**  
**DEUS**  
**VIEIRA:132981**  
**60130**

Assinado de forma  
digital por EDSON DE  
DEUS  
VIEIRA:13298160130  
Dados: 2023.02.03  
12:29:06 -03'00'

**EDSON DE DEUS VIEIRA**  
Presidente da Câmara Municipal





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Gabinete da Presidência**

Ofício Nº 033/2023/GP/CMEC

Eldorado do Carajás/PA, 03 de fevereiro de 2023.

A Sua Excelência

**Iara Braga Miranda**

Prefeita de Eldorado do Carajás/PA

**Assunto: Encaminha a Redação Final do Projeto de Lei nº 001/2023 (Iara Braga Miranda), aprovado na 1ª Sessão Extraordinária, do 1º Período, da 3ª Sessão Legislativa, da 8ª Legislatura, realizada em 03 de fevereiro de 2023.**

Excelentíssima Prefeita,

Cumprimentando-a Vossa Excelência, vimos por meio deste, encaminhar Redação Final do Projeto de Lei nº 001/2023, de iniciativa do Poder Executivo Municipal (Iara Braga Miranda), que *"Concede recomposição salarial aos servidores municipais da educação pública de Eldorado do Carajás, e dá outras providências."*, o qual foi aprovado na 1ª Sessão Extraordinária, do 1º Período, da 3ª Sessão Legislativa, da 8ª Legislatura, realizada em 03 de fevereiro de 2023.

Em sendo assim, encaminhamos o referido PL com sua Redação Final com autógrafos, para apreciação do Chefe do Poder Executivo, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento desta, nos termos do § 1º, do art. 50, da Lei Orgânica Municipal, devendo o mesmo, caso seja sancionado, seguir numeração cronológica concedida pela Procuradoria Geral do Município – PGM.

Consignamos ainda, que no prazo acima, seja encaminhado a cópia da referida Lei sancionada para este Poder Legislativo.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,

EDSON DE DEUS  
VIEIRA:13298160  
130

Assinado de forma digital  
por EDSON DE DEUS  
VIEIRA:13298160130  
Dados: 2023.02.03  
12:29:51 -03'00'

**EDSON DE DEUS VIEIRA**  
Presidente da Câmara Municipal



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS  
CNPJ: 84.139.633/0001-75

PROTOCOLO GERAL 10/2023  
Data: 09/02/2023 - Horário: 08:40  
Administrativo

Câmara Municipal de Eldorado do Carajás

OFÍCIO Nº 060/2023/GAB/PMEC

Eldorado do Carajás/PA, 08 de fevereiro de 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor  
EDSON DE DEUS VIEIRA  
Presidente da Câmara Municipal  
NESTA

**Assunto:** PROCESSO LEGISLATIVO – LEI ORDINÁRIA Nº 514, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2023 - ELDORADO DO CARAJÁS/PA.

Senhor Presidente,

A Prefeitura de Eldorado do Carajás, neste ato, devidamente representada por este que assina e em conformidade com as atribuições que lhe são inerentes, cumprimenta, cordialmente, **V. Exa.** e, na oportunidade, vem para encaminhar uma via da LEI ORDINÁRIA Nº 514, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2023, que "Concede recomposição salarial aos servidores municipais da educação pública do Município de Eldorado do Carajás e dá outras providências", devidamente sancionada, promulgada e publicada.

Na oportunidade, reitero protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

IARA BRAGA  
MIRANDA:70  
262926253

Assinado de forma  
digital por IARA BRAGA  
MIRANDA:70262926253  
Dados: 2023.02.08  
12:52:49 -03'00'

**IARA BRAGA MIRANDA**  
Prefeita Municipal





ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS  
CNPJ - 84.139.633/0001-75

PROTÓCOLO GERAL 10/2023  
Data: 09/02/2023 - Horário: 08:40  
Administrativo



Câmara Municipal de Eldorado do Carajás

LEI ORDINÁRIA Nº 514, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2023.

PUBLICADO EM:

03/02/2023

Concede recomposição salarial aos servidores municipais da educação pública de Eldorado do Carajás, e dá outras providências

O PREFEITO INTERINO MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder na Revisão Geral Anual nos vencimentos dos servidores públicos municipais efetivos no cargo de PROFESSOR (magistério), aplicando índice de 15% (quinze por cento).

Art. 2º Fica ainda, o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder na Revisão Geral Anual nos vencimentos dos servidores públicos municipais efetivos nos cargos descritos abaixo, aplicando índice de 6% (seis por cento):

I - Secretário escolar;

II - Assistente Administrativos I e II;

III - Motorista;

IV - Monitor de Informática;

V - Instrutor de Informática;

VI - Bibliotecário;

VII - Inspetor;

VIII - Digitador

IV - Psicóloga.

Parágrafo único. Os cargos descritos nos artigos anteriores são ligados ao Plano de



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO DE ELDORADO DO CARAJÁS  
CNPJ - 84.139.633/0001-75

Cargos, Carreira e Remuneração da Educação Pública Municipal de Eldorado do Carajás.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 01 de janeiro de 2022.

Artigo 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Eldorado do Carajás, Pará, 03 de fevereiro de 2023; 43º da Fundação e 32º da Emancipação.

CLENILTON ALVES DE ALBUQUERQUE  
Prefeito interino





**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS**  
**Departamento Legislativo**

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO LEGISLATIVO**

Considerando a regular tramitação do Projeto de Lei Ordinária nº 001/2023-GAB, de 27 de janeiro de 2023, a Diretoria Legislativa procede ao ARQUIVAMENTO do presente Projeto e encerra o processo legislativo.

Eldorado do Carajás/PA, 17 de fevereiro de 2023.

**Ravell dos Santos Oliveira**

Diretor Legislativo  
Portaria nº 004/2023